



***Rompendo silêncios:
aportes historiográficos sobre resistências femininas na União Sul-Africana***

***Breaking Silences:
historiographical contributions on women's resistance in the South African Union***

Nubia Aguilar

Resumo: Esse trabalho busca analisar algumas resistências organizadas por mulheres negras diante da intensificação da opressão no território da atual África do Sul nas primeiras décadas do século XX. Acompanhado a este recorte, argumentaremos que o apartheid foi um sistema que deu continuidade e intensificou a política de segregação, que já existia no território. Ao mesmo tempo, verificaremos como foi ativa a reação da população negra à essas medidas de opressão.

Palavras-Chave: resistência; mulheres negras; África do Sul

Abstract: This paper aims to analyze some resistance organized by black women in the face of the intensification of oppression in the territory of present-day South Africa in the first decades of the twentieth century. Accompanying this analyze, we will argue that apartheid was a system that continued and intensified the policy of segregation that already existed in the territory. At the same time, we will see how the reaction of the black population to these measures of oppression was active.

Keywords: resistance; black women; South Africa

Introdução

A história da África do Sul possui uma marca deixada por anos de experiência de opressão que teve seu ápice com a implementação do apartheid em 1948. A opressão tornou-se uma política expressa em leis que definiu direitos de brancos e não brancos na sociedade. Neste sistema, a população negra foi posta como distinta da população branca. Considerado como inferior o grupo categorizado como negro ficou desprovido de inúmeros direitos, o que os afetou das mais distintas formas, desde o ambiente público ao privado. Em contrapartida, essas medidas de opressão enfrentaram variadas formas de reações que se desdobraram em diversas resistências.

Se o apartheid encontrou solo fértil para sua institucionalização na primeira metade do século XX, com o Partido Nacional à frente do poder político, as práticas e políticas de segregação não foram inauguradas pelo regime. Buscaremos neste trabalho, com hipótese central, argumentar que o apartheid foi um sistema que deu continuidade à um projeto social de discriminação da população negra, ao mesmo tempo verificamos que o mesmo foi confrontado por ações realizadas por muitos indivíduos. Enfatizaremos alguns movimentos organizados por mulheres que combateram intensamente as medidas de apartação.

A política segregacionista do apartheid desenvolveu-se em uma sociedade dominada por um grupo minoritário de brancos, os quais detinham o poder político e econômico. O êxito dessa política no século XX foi guiada pela crença que a população não branca não poderia e nem deveria compartilhar o mesmo status de cidadania que os brancos. A identidade nutrida pela população branca desenvolveu-se ao longo dos anos naquele território, intensificando-se com um discurso nacionalista africâner que se proliferou a partir do século XIX. No entanto, nem todos os brancos eram favoráveis ao sistema. Dentro das múltiplas heterogeneidades daquela sociedade é possível pontuar também que muitos não-brancos ajudaram o sistema a se manter no poder.

No século XIX, a intensificação e investimento em um discurso racial que moveu diversos europeus para África sustentou a ideia de inferioridade dos povos africanos. Diante de tal envergadura, a ideia de que os europeus levariam para o continente africano civilização, que romperia com os hábitos de barbárie desenvolvidos pelos africanos, foi cada vez mais defendida e difundida⁴⁷⁸. O colonialismo foi um movimento açodado e agressivo que se alastrou sobre muitas sociedades do continente. Em grande parte desses contatos, o sujeito africano viu-se constantemente inferiorizado por esse sistema, que teve um amplo interesse em dominar campos da cultura, comércio e política em diversas regiões.

⁴⁷⁸ FAGE, John. A expansão do poderio Europeu no século XIX 1. In: *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1997. p.342.

Esse discurso chegou à África do Sul com os britânicos, que passaram a disputar interesses com um grupo de brancos assentes no território desde o século XVII. Diante deste cenário, a África do Sul apresentou determinada especificidade em seu contato com os colonizadores do século XIX. O confronto entre africanos e ingleses, que se desdobrou em duas guerras no século XIX, demonstra a tensão existente na busca pelo domínio político e econômico, uma vez que alguns territórios onde foram encontrados diamantes estavam nas mãos dos africanos.

Ao longo desse contexto, com dois momentos marcantes de contato com uma população branca europeia - uma no século XVII e outra no XIX, encontramos uma organização social que condicionou a população nativa a um espaço de marginalização e gerou, em muitos momentos, políticas de opressão como: a desapropriação de territórios e a exigência do uso do passe.

Na segunda parte dialogaremos com a discussão que analisa resistências femininas articuladas contra a opressão no início do século XX. Se é reconhecido que os homens negros articularam resistências políticas, encontramos que as mulheres não ficaram afastadas dessas ações. A sul-africana Charlotte Maxeke foi proeminente nesse movimento. No entanto, chamamos atenção para o fato de existir poucas discussões sobre o tema dentro do campo historiográfico, o que nos permite refletir não apenas sobre o passado, mas sobre os lugares que as narrativas ocupam no presente.

É importante ressaltar a pluralidade de grupos sociais compostos por africanos que viveram no território que configura a atual África do Sul durante os períodos históricos aqui estudados. Esses grupos coexistiram com a empreitada de governos brancos de marginalizá-los e suprimir a pluralidade de identidades que existiam, colocando-os dentro da única categoria: negros. Deste modo, chamamos atenção para a existência de muitas heterogeneidades, dentro das quais indivíduos buscavam cotidianamente contemplar seus interesses próprios ou coletivos, o que na prática culminou em uma dinâmica social que ultrapassou as classificações de grupos que o regime buscou impor.

Dentro desses grupos discutiremos sobre a posição da mulher negra, análise que permite penetrar um pouco nessa pluralidade e tangenciar algumas experiências que eram permeadas por questões relacionadas a gênero e classe. Se o governo branco sul-africano criou um sistema de segregação que, a grosso modo, distinguiu brancos de não brancos, teve também que lidar com elementos que ultrapassavam essas distinções. Tais questões fizeram-se presentes nas mais distintas vivências e permitem analisar experiências que por vezes ficam sufocadas por narrativas que não as englobam em seus recortes.

O recorte que selecionamos busca estabelecer diálogos. Ao analisar a participação de mulheres nesse contexto, estamos ao mesmo tempo trabalhando com outras temáticas que

acrescentam para a análise. Os movimentos realizados por mulheres, que serão apresentadas nestas páginas, fazem parte de uma rede de intensas relações, sem as quais elas seriam entendidas de modo parcial. Deste modo, narrativas de outros sujeitos históricos e organizações políticas serão também contempladas.

Estabelecimento da União Sul-Africana

As relações entre brancos e não brancos no início da colonização da África do Sul apresentaram algumas tensões. Ao longo do século XVII o território passou pela iniciativa de colonização realizada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. O interesse inicial pelo território esteve ligado a uma estratégia comercial de ocupar um espaço que serviria como entreposto na rota de navegação do Ocidente com o Oriente. O projeto colonial contou com a ocupação territorial por diferentes grupos de europeus, asiáticos e africanos⁴⁷⁹.

Nos primeiros quatro anos de colonização a mão de obra não foi essencialmente escrava. Os primeiros navios com escravizados vieram por volta de 1658 do Daomé e Angola. Segundo Robert Ross as relações com os escravizados na Cidade do Cabo envolveram algumas especificidades⁴⁸⁰. Existiu uma escravização de povos nativos da África do Sul, mas existiu também um esforço em comprar indivíduos escravizados de Moçambique, Madagascar, Indonésia, Índia e Ceilão. Essa iniciativa, como argumenta o autor, buscou evitar a reprodução da população escravizada, estratégia que manteve uma necessidade contínua da importação de mão de obra⁴⁸¹.

A sociedade tinha na base agrícola sua principal fonte de produção. No século XVIII ocorreu uma relativa estabilidade, que foi acompanhada de um crescimento populacional. As questões raciais tornavam-se mais presentes, uma vez que a população branca já sustentava uma diferença com a população negra devido à cor da pele⁴⁸².

Na região desenvolveu-se uma rotina que incluía importar artigos considerados de luxo como açúcar, café e roupas. No que tange a escolaridade, o desenvolvimento do sistema de ensino foi tardio. Dentro do grupo colonizador clivagens que geravam conflitos eram presentes, sobretudo devido a detenção de algum status, por terem títulos ou ocuparem cargos como oficiais ligados de alguma forma ao governo, e aqueles que não partilhavam de tais qualificações.

Esse grupo de europeus, que esteve presente na formação da base social na atual África do Sul, nutriu uma identidade que sustentou certa diferenciação entre eles e os povos nativos da região.

⁴⁷⁹ THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale. University Press, 1990. p. 33

⁴⁸⁰ ROSS, Robert. *Cape of Torments: Slavery and Resistance in South Africa*. London: Routledge & Kegan Paul Books, 1983.

⁴⁸¹ THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale. University Press, 1990. pp. 36-37.

⁴⁸² *Ibidem*. p.40.

A experiência de exílio partilhada quando saíram do continente europeu, em muitos casos devido as perseguições religiosas reforçadas com as Reformas Protestantes do século XVI, passaram a conjugar experiências em comum que forjaram novos laços sociais. Tais elementos ganharam força para construir um grupo que passou a ser considerado, inicialmente, como bôeres e futuramente como africâneres. Essa identidade ganhou tamanha expressividade ao colaborar com a expansão de um nacionalismo africâner posteriormente.

Ao longo do período de contato, o casamento inter-racial foi pouco incentivado. Nos centros urbanos as relações que se desenvolveram com mais frequência foram entre homens que estavam de passagem pela cidade, na condição de viajantes que paravam para fazer abastecimento, e mulheres na condição de escravizadas. As relações sexuais com escravizados eram mais corriqueiras nas fazendas. Como fruto desses relacionamentos, crianças filhas de homens livres e mães escravizadas ficavam condicionados a serem escravas também, poucos foram os casos que contrariavam essa lógica⁴⁸³.

Os escravizados eram distribuídos entre os pequenos grupos de proprietários. Segundo Robert Ross somente sete proprietários possuíam mais que cinquenta escravizados, e grande parte dos comerciantes obteve um número que não passava a cifra seis⁴⁸⁴. As fugas e rebeliões foram uma realidade social neste território. Na tentativa de diminuir tais manifestações e ao considerar o negro como inferior, entre 1760 e 1790, algumas leis foram elaboradas para obter maior controle sobre essa população, como o uso de um mecanismo semelhante ao que posteriormente ficaria conhecido como carteira de passe⁴⁸⁵.

Desde início do século XIX a região presenciou uma intensificação da chegada de ingleses. O continente africano neste momento recebia cada vez mais europeus, vindos de diversos países, para consolidar os interesses imperialistas no território. A região da atual África do Sul ficou destinada aos ingleses, que se interessaram cada vez mais pelo território após a descoberta de ouro e diamantes no final do século.

A exploração de ouro e diamantes na África do Sul mudaria em muitos aspectos a organização social do país. Para o trabalho nas minas ocorreu um recrutamento de africanos de diversas regiões, uma vez que abolição da escravidão tinha sido concretizada no início do XIX. Africanos de territórios próximos, sobretudo do atual Moçambique e Zimbábue, passam a fazer parte do contingente reunido para trabalhar nas minas sul-africanas.

O recrutamento de africanos para trabalharem nesses locais tornou-se cada vez mais intenso

⁴⁸³ ROSS, Robert. *Cape of Torments: Slavery and Resistance in South Africa*. London: Routledge & Kegan Paul Books, 1983.

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ *Ibidem*. p.166.

diante da ampliação da exploração destes minérios e da criação de uma infraestrutura ligada a esse processo. Paralelo ao ofício, desenvolveram-se identidades entre esse grupo de trabalhadores. Acoplado ao trabalho, surgiam novos hábitos, que modificavam hábitos antigos e influenciava as experiências cotidianas.

A atração que a exploração de minérios representou refletiu em um processo de urbanização que cresceu ao redor dessas regiões. Podemos verificar que próximo à área de mineração em *Witwatersrand* formou-se um dos maiores centros urbanos, conhecido como *Johannesburgo*. Nesse local ocorreu um crescimento da população negra que buscou cotidianamente adaptar-se à nova dinâmica ligada à organização do trabalho.

Trabalhar nas minas originou um diálogo, em diversos aspectos, com valores ocidentais na vida de muitos africanos, que ao viverem no campo conseguiam manter uma predominância de suas organizações locais. Nas cidades, a coexistência de distintos signos sociais foi impactante na vida dessa população, oriunda de diferentes regiões, acrescentavam uma maior dinâmica para o cotidiano urbano.

Atrelado à estas mudanças, os missionários foram importantes na disseminação da cultura ocidental. Desenvolveram um duplo papel ao prestarem serviços para a população branca e fornecerem, em alguns aspectos, elementos para a luta da população negra. Ao lado do discurso religioso essas missões comportavam outras mensagens, fruto das realidades sociais dos indivíduos que faziam parte delas.

As missões que vinham dos Estados Unidos da América proporcionavam uma intensa troca cultural entre a população negra dos dois territórios. Vale ressaltar que a população negra norte-americana também partilhou da experiência de viver em uma sociedade em que existia uma forte tensão racial, sobretudo no sul do país, onde existiam leis segregacionistas conhecidas como *Jim Crow*.

David Coplan assinala que essas missões, ao disseminarem não só a cristianização, mas também uma educação escolar no modelo ocidental, contribuíram para a formação de grupos de africanos que deram início ao surgimento de um grupo elitizado na região recém urbanizada de *Johannesburgo*. O letramento proporcionou à essas pessoas acessos, dos quais a população que não dominava esses códigos não poderia ter contato - como a ocupação de determinados empregos e, posteriormente, o acesso ao nível superior⁴⁸⁶.

Com a dinâmica que surgiu nesse novo mundo de trabalho algumas mulheres se mudaram para áreas urbanas para acompanhar seus companheiros ou para buscar outras oportunidades, dentro do sistema que se solidificou e se tornou cada vez mais excludente nas áreas rurais. O número de

⁴⁸⁶*Ibidem*. p. 157.

mulheres imigrantes e migrantes tornava-se paulatinamente expressivo. Algumas passaram a trabalhar como produtoras e vendedoras de cerveja, para complementar ou fazer rendas. Neste ambiente, as que alcançavam sucesso e capital de investimento, abriam clubes de entretenimento e ficavam conhecidas como *shebeens*. Esses clubes são assinalados como espaços de encontros para a população negra, que pretendia beber e ouvir música, e em muitos aspectos era uma forma de estabelecimento de poder à mulheres em uma sociedade patriarcal⁴⁸⁷.

De modo geral, o século XIX é tido como o período em que se desenvolve a conjunção de diversos elementos que no século XX emerge como uma sociedade complexa que reagirá de muitas formas às questões postas pela dominação da população branca. Neste período encontramos ainda a acentuação de disputas entre ingleses e bôeres, que expressam nas guerras bôeres o ápice desse conflito.

No início do século XX bôeres, que lutavam pela autonomia em suas repúblicas, e ingleses deram origem em 1910 a formação da União Sul-Africana. O território ganharia relativa autonomia política, mas ficaria na zona de comércio britânica (*Commonwealth*). As bases políticas da União Sul-Africana perpetuaram questões estruturais que se fortaleceram ao longo dos anos na sociedade. A questão racial fez-se presente e negros, mestiços e os que eram considerados não brancos, como os indianos, ficaram de muitas formas marginalizados na União.

No sistema político o número de representantes no Parlamento dependeria da densidade populacional dos Estados. Três capitais foram definidas para tentar amenizar a situação de tensão e repartir o poder. A língua oficial englobou apenas o inglês e o holandês, que posteriormente foi substituído pelo africâner. A proposta de governo foi levada ao Parlamento britânico para só, após isso, ser efetivada⁴⁸⁸.

Com a União, a segregação que era presente na vida cotidiana tornou-se mais intensa no escopo político. Em 1913 foi decretado o ato de terras nativas, que consistia em proibir os africanos negros de possuírem terras fora de reservas determinadas. Posteriormente, na tentativa de amenizar os efeitos desse ato, foi recomendado que mais terras fossem adicionadas às reservas. No entanto uma mobilização dos brancos gerou uma forte pressão e o plano não foi efetivado⁴⁸⁹.

As melhores terras para o cultivo ficaram sob o domínio da população branca, com assistências que garantiam manutenção para a infraestrutura, como estradas de acesso. Enquanto isso, para os africanos negros havia um pequeno território, pouco produtivo, com a função de

⁴⁸⁷COPLAN, David. *In Township Tonight! South Africa's Black City Music and Theatre*, University of Chicago Press: 1985.p.93.

⁴⁸⁸BHEBE, Ngwabi. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul 1850-1880. In.: ADE, J. F. *História Geral da África- Vol. VI África do século XIX a década de 1880*. São Paulo: Cortez, 2011 p.152.

⁴⁸⁹Inicialmente, estima-se que 7% do território ficou destinado para as reservas. Em 1939 o total aproximou-se de 13%. In: THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale. University Press, 1990. p.163.

acomodar um grande contingente. A infraestrutura era praticamente inexistente se comparada à infraestrutura fornecida pelo governo às terras dos brancos. Essas reservas que ficaram destinadas aos africanos passaram a ser chamadas de *homelands*. Essas medidas foram tomadas antes da institucionalização do regime do apartheid.

Opressão e articulações femininas

Se um grupo amplo de pessoas foi considerado como negros, devido unicamente a cor de pele, salientamos que essa divisão foi simplista e não atentou para várias identidades que compunham a trajetória desses indivíduos. A classificação oriunda da cor da pele nos ajuda a entender o lugar desse grupo na condição de oprimido, uma vez que, para o sistema político, essa categoria foi o filtro utilizado para conceder ou retirar direitos. Contudo, por outro lado, podemos destacar que gênero e classe também fizeram parte da vida desses indivíduos e condicionaram uma multiplicidade de experiências.

Como argumenta Frene Ginwala, as mulheres ocupavam um papel social diferente dos homens na sociedade sul-africana⁴⁹⁰. A sociedade do período, sobretudo na instância jurídica, foi pensada e formulada por homens que seguiram o modelo europeu patriarcal, em que a mulher deveria arcar com as atividades domésticas, em sua própria residência. No caso da mulher negra, tal tarefa se estendeu ainda como prestadoras de mão de obra em residências de famílias brancas.

No entanto, a participação da mulher negra nessa sociedade não ficou limitada a prestadora de serviços. As mulheres desempenharam papel importante nas lutas de resistência contra opressões postas pelo governo branco e masculino sul-africano. As articulações políticas deram-se de diversas formas e em diferentes locais. Ao mesmo tempo é verificável que as lutas contra a opressão racial, em alguns momentos, foram acompanhadas pelas lutas contra a desigualdade de gênero.

Para visualizarmos essas ações recorreremos à participação de mulheres negras nos movimentos políticos. O Congresso Nacional Africano (ANC) foi criado em 1912. O partido político, com homens negros encabeçando o movimento, teve participação ativa no cenário sul-africano, simpatizante com o movimento pacifista na luta contra a opressão em um primeiro momento. Durante a legalidade, o ANC organizou movimentos de resistência que acolheram ações de protesto e boicotes. O lugar da mulher dentro do partido em um primeiro contato foi limitado. Demoraria quase quarenta anos para se ter uma maior participação feminina, com a criação do *ANC Women's League*⁴⁹¹.

⁴⁹⁰GINWALA, Frene. Women and the African National Congress, 1912-1943. *Journal Agenda Empowering women for gender equity*, Pretoria, Vol. 6, n 8, 1990.

⁴⁹¹*Ibidem*.

Frene Ginwala afirma que durante a criação do *South African Native National Congress (SANNC)* – que mais tarde ficaria conhecido como Congresso Nacional Africano (ANC)- as chamadas para filiação foram abertas apenas para homens; a participação feminina ficou relegada à ocupação de cargos como auxiliares, sem que pudessem ter direito a voto⁴⁹². Mas, se por um lado existiu uma exclusão de mulheres em alguns espaços, isso não as impediu de articularem politicamente.

Se nos atentarmos para a formação política no cenário sul-africano encontramos que o Estado Livre de Orange e o Transvaal foram dois territórios que alcançaram autonomia e ficaram sob liderança dos bôeres em meados do século XIX. Como supracitado, a partir de 1910 ocorreu a junção dessas duas Repúblicas bôeres com outros territórios para a formação da União Sul-Africana, que ficou sob o governo do primeiro ministro Louis Botha.

Julia Wells analisa que três anos depois da formação da União Sul-Africana o Estado Livre de Orange foi o único estado a exigir o passe para as mulheres⁴⁹³. A medida gerou profundo descontentamento entre as mulheres negras da região que se organizaram para reagir à essa exigência. Charlotte Manny Maxeke liderou um movimento de resistência feminina contra a uso do passe, que se estendeu por alguns anos no território sul-africano e serviu de inspiração, posteriormente, para a criação da *ANC Women's League*.

Charlotte Maxeke foi a primeira mulher negra sul-africana a conseguir cursar o ensino superior. Segundo uma biografia escrita por Zubeida Jaffer, Charlotte Maxeke recebeu apoio de sua família para estudar. Quando terminou os estudos básicos, atuou como professora em missões protestantes, na escola *Wesleyan*⁴⁹⁴.

A vida de Maxeke não pode ser considerada como um padrão para a vida social das mulheres negras do território naquele período. Seu envolvimento com a igreja possibilitou uma aproximação com o terreno da música. Ao participar do coral do *Institute of African Methodist Episcopal Church (AME)* teve possibilidades que eram distantes de muitas sul-africanas. Como membro do grupo, Maxeke conseguiu sair da União Sul-Africana e viajou para a Inglaterra e EUA, onde teve aulas com W. E. B. Du Bois e se graduou na *Wilberforce University*⁴⁹⁵.

Ao retornar para União Sul-Africana, Maxeke deu prosseguimento a sua atividade de educadora nas missões, no entanto ganhou proximidade com uma militância política. Medidas de restrição para a circulação da população negra já estavam em vigor em 1893 no Estado Livre de

⁴⁹²*Ibidem*.

⁴⁹³JULIA C. WELLS. Why Women Rebel: a Comparative Study of South African Women's Resistance in Bloemfontein (1913) and Johannesburg (1958). *Journal of Southern African Studies*, Vol. 10, No. 1, October 1983.

⁴⁹⁴JAFFER, Zubeida. *Beauty of the Heart: The Life and Times of Charlotte Manny Maxeke*. Cape Town: ZJ Books, 2016, p. 19.

⁴⁹⁵*Ibidem*. p.22.

Orange, em 1898 os protestos eram latentes.

A campanha liderada pelas mulheres ganhou mais força no início do século XX concentrando-se na região de *Bloemfontein*. As mulheres se articularam para coletar assinaturas a favor do fim da exigência do passe. As assinaturas seriam levadas para serem apresentadas ao ministro dos Assuntos Nativos, na Cidade do Cabo. Sem o resultado esperado, em 23 de setembro de 1913, lideradas por Maxeke, aproximadamente 600 mulheres entregaram seus passes⁴⁹⁶. Tal medida resultou em um expressivo número de prisões⁴⁹⁷.

Vale ressaltar que as clivagens sociais existentes perpassam também ao poder aquisitivo que essas mulheres detinham. A educação escolar no modelo europeu, do início da colonização até as primeiras três décadas do século XX, ficou nas mãos dos missionários. O contato com os europeus colocou a população local em uma situação desfavorável, uma vez que o domínio de códigos europeus era critério de civilidade. A busca pelos africanos por adaptação à essas novas circunstâncias foi constante, como também estratégicas para viver da melhor forma dentro da configuração social que se erguia.

O domínio dos códigos culturais dos opressores era uma chave para pleitear a ocupação de determinados espaços na sociedade. Deste modo, um africano negro que sabia ler e escrever partilhava de um lugar diferente daqueles que não dominavam esses códigos. No entanto, se era difícil para um homem negro ter acesso à educação escolar no padrão europeu, para as mulheres a barreira era ainda maior. Parte das mulheres que participaram da organização de movimentos políticos, conseguiram de alguma forma terem acesso ao sistema de ensino e propuseram uma ruptura com a posição que se esperava de uma mulher dentro do padrão patriarcal.

Ena Jesen faz uma relação entre a formação de uma elite feminina e o processo de urbanização. David Coplan ao analisar a formação de uma elite negra masculina sul-africana reitera que tal movimento esteve estritamente ligado com o sistema educacional europeu⁴⁹⁸. Os africanos que se aproximavam dos códigos culturais dos europeus articulavam novas identidades e buscavam, com o uso do domínio desses códigos adquiridos, defender seus interesses. Em *Johannesburgo* no início dos anos de 1920 existiu um aumento de aproximadamente 180% do número de mulheres nas áreas urbanas. Muitas dessas mulheres, ao conseguirem acesso à cultura letrada, passaram a articular movimentos políticos⁴⁹⁹.

⁴⁹⁶ ORTON, Bev. *Women, Activism and Apartheid South Africa: Using Play Texts to Document the Herstory of South Africa*. Bingley, UK: Emerald Publishing Limited, P.19.

⁴⁹⁷ JULIA C. WELLS. Why Women Rebel: a Comparative Study of South African Women's Resistance in Bloemfontein (1913) and Johannesburg (1958). *Journal of Southern African Studies*, Vol. 10, No. 1, October 1983.

⁴⁹⁸ COPLAN, David. *In Township Tonight! South Africa's Black City Music and Theatre*. Chicago: University of Chicago Press, 1985. p.158.

⁴⁹⁹ JANSEN, Ena. *Like family: Domestic Workers in South Africa History and Literature*. Johannesburg: Wits University Press, 2019. p.53.

Esse crescente aumento da presença feminina em áreas urbanas pode estar relacionado com uma reação às mudanças que ocorriam nas áreas rurais devido a progressiva expansão do domínio territorial dos brancos. Em 1913 com o *Natives Land Act* a posse de terras pela população negra foi dificultada. Essa lei foi uma forma de concentrar a terra nas mãos da população branca, ao mesmo tempo que deixava a população negra em uma situação de vulnerabilidade e consequente disposição de mão de obra barata. Tal ação teve impacto nas áreas urbanas, uma vez que a dificuldade ao acesso a terras tornou o trabalho das minas atrativo, sendo uma possibilidade de sobrevivência diante das imposições ao novo sistema⁵⁰⁰.

As mulheres encontraram no campo uma maior dificuldade de sobrevivência, muitas foram abandonadas pela figura masculina durante esse processo de migração. As missões religiosas desempenharam nesse contexto um papel auxiliador para a população negra diante da adaptação à nova realidade. Nas missões, era possível encontrar um local que fornecia a disseminação de um discurso religioso, acesso à educação europeia, espaços de sociabilidades como a participação de corais. Nesses ambientes as mulheres também construíam novas identidades que coexistiam com valores já existentes em suas formações.

A associação dessas mulheres às missões, como analisa Jansen, gerou uma solidariedade vinculada a criação de uma identidade partilhada entre essas mulheres. Em algumas localidades esses grupos de mulheres ficaram conhecidos como *manyano*. As *manyano* sustentavam a ideia de suporte e cooperação entre as participantes. A expressividade dessas mulheres associadas às igrejas pode ser visualizada quando consideramos que, em 1911, 26,2% das mulheres em áreas urbanas eram cristãs⁵⁰¹.

No desenvolver da campanha contra as leis do passe foi criada uma organização feminina, a *Orange Free State Native and Coloured Women's Association*, para dar suporte às mulheres que sofriam represálias. Wells destaca que o movimento ocorrido na União Sul-Africana recebeu forte influência das articulações das sufragistas, desenvolvidas na Inglaterra, neste período. Segundo a autora, os jornais que abordavam as distintas ações das sufragistas foram utilizados de forma inspiradora para mulheres negras sul-africanas⁵⁰².

Sobre a experiência feminina em organizar essa resistência, Cheryl Walkerressalta indica que a mobilização das mulheres nas campanhas contra as leis do passe providenciou uma área de experiência comum para mulheres e homens negros, na qual um inimigo ficava cada vez mais

⁵⁰⁰ FEINBERG, Harvey M. The 1913 natives land act in South Africa: Politics, race, and segregation in the early 20th century. *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 26, No. 1, 1993.

⁵⁰¹ JANSEN, Ena. *Like family: Domestic Workers in South Africa History and Literature*. Johannesburg: Wits University Press, 2019. p. 55.

⁵⁰² WELLS, J. Why Women Rebel: a Comparative Study of South African Women's Resistance in Bloemfontein (1913) and Johannesburg (1958). *Journal of Southern African Studies*, Vol. 10, No. 1, Special Issue on Women in Southern Africa (Oct, 1983), pp. 55-70.

delineado⁵⁰³. As articulações políticas entre os interesses masculinos e femininos poderiam, deste modo, encontrar determinados pontos de convergência. O que não significou uma anulação dos interesses individuais dos grupos.

As ações realizadas pelas mulheres conseguiram frear por alguns anos o uso do passe. Em 1918 Charlotte Maxeke esteve na liderança da criação da *Bantu Woman's League* para resistir a ação do governo de tentar exigir novamente o porte obrigatório dos passes para as mulheres. O movimento liderado por mulheres conseguiu sustentar a não utilização do passe até a implementação do apartheid, que colocou novas exigências, e provocou outras articulações de resistências.

“Silenciosas, as mulheres?”

Michelle Perrot lança essa pergunta na introdução de seu livro, no qual analisa a existência de muitas histórias de mulheres⁵⁰⁴. Entretanto, de onde viria o silêncio? Podemos pensar que o silêncio também nos fala. No vivido não se toca, mas se interpreta. Há uma multiplicidade de narrativas femininas nas temporalidades e nos mais distintos espaços, mas o silêncio vem do movimento da escrita da história.

Se hoje encontramos um maior terreno para trabalhar com a história das mulheres em determinadas localidades e em diferentes períodos históricos, o desafio ainda é uma realidade posta. Buscamos nesse artigo dialogar com a atuação feminina de mulheres dentro da política antes da institucionalização do apartheid na África do Sul. Se encontramos muitas narrativas ao traçar esse objetivo, encontramos também o silêncio – que por seu turno também é um vestígio.

A timidez no debate sobre tal temática demonstra o lugar que ainda hoje ocupa as preocupações na feitura da história quando se trata de movimentos femininos na África do Sul. Se por um lado há uma sinalização sobre a presença feminina dentro das atuações políticas no passado, por outro lado as discussões sobre essa temática ocupam poucos espaços. Ao buscarmos sobre a militante Charlotte Maxeke pouco encontramos.

A presença de uma sinalização de sua atuação política se desdobra em poucos estudos históricos sobre sua trajetória. Por outro lado, ganha maior debate os estudos sobre a atuação masculina no mesmo período. Se a história é fruto, sobretudo, do presente, ainda cabe adentrar nessas atuações que ecoaram em alto tom no passado, mas que encontram no presente um silêncio a ser rompido.

⁵⁰³WALKER, Cheryl. *Women and resistance in South Africa*. Cape Town: New Africa Books, 1991.

⁵⁰⁴PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

Megan Healy-Clancy demonstra que a historiografia sul-africana sobre essa temática recebeu maior atenção a partir dos anos 1980 e 1990. Segundo a autora a participação feminina nos movimentos de organizações políticas ficaram marginalizadas em detrimento das manifestações de organizações dirigidas por homens. Essas escolas discutiam a participação feminina nos movimentos que iam contra o capitalismo opressor sul-africano e, ao mesmo tempo, a lógica de patriarcado que era tão viva no país, mas, mesmo assim, muitos temas ainda não foram trabalhados⁵⁰⁵.

As mulheres durante as mais distintas temporalidades no território sul-africano desenvolveram muitas formas de reação contra a opressão. Como pudemos observar no decorrer do artigo, encontramos a participação feminina na articulação de uma resistência contra a lei de passe, mas o movimento não para por aí.

Com a institucionalização do apartheid em 1948 ocorreu uma intensificação da opressão seguida pelos movimentos de resistência ao mesmo. A política do apartheid envolveu a consolidação de uma legislação que teve por base a separação de negros, brancos e mestiços sustentada por uma justificativa racial. Uma separação controlada diretamente pelo governo, como reflexo das aspirações de um pequeno grupo social que detinha o poder. O objetivo dessa política foi assegurar uma supremacia branca, ao mesmo tempo que buscou impedir um fortalecimento do nacionalismo da população africana⁵⁰⁶.

A partir do momento em que o apartheid foi consolidado, uma série de atos deram continuidade à legalização do racismo. Em 1949 foi promulgado o Ato que proíba relações inter-raciais. Em 1950 foi decretado o Ato da Imoralidade, que teve por foco coibir casamentos e relações sexuais entre brancos e negros. Ainda neste ano deu-se o Ato de Registro Populacional, que dividia a população em categorias raciais. Seguindo estes, foi promulgado o Ato de Áreas de Grupo que ratificou os locais de moradia, intensificando a ideia de que cada grupo racial deveria viver em áreas específicas⁵⁰⁷.

A política com essa base racial aguda disseminou-se com força pela sociedade sul-africana. Sua implementação foi, em certos aspectos, uma maneira de tornar mais fecundo e amplo o racismo. Esse agravamento, no entanto, alastrou-se e tornou a questão mais violenta.

As mulheres na África do Sul articularam-se para responder às medidas do regime. Em 1948 o ANC lançou o *African National Congress Women's League (ANCWL)*. O grupo atuou de diversas frentes, desde a conscientização de mulheres, até a participação na *Defiance Campaign* que

⁵⁰⁵CLANCY, Megan. Women and the problem of family in early African nationalist history and historiography. In.: SIMPSON, Thula. *The ANC and the Liberation Struggle in South Africa: Essential writings*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

⁵⁰⁶THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale. University Press, 1990.

⁵⁰⁷*Ibidem*.p.45.

inaugurou uma onda de protestos contra as leis do apartheid em 1952. Na década de 1960 a organização feminina foi banida junto ao ANC, o que não significou um esgotamento da ação feminina. As mulheres se organizaram de muitas outras formas.

Se sairmos um pouco das organizações políticas o leque se amplia. No entanto, se há demasiada dificuldade em encontrar análises sobre as organizações políticas lideradas por mulheres, torna-se difícil também analisar mulheres que estavam entre, usando os termos de Edward Thompson, a “gente comum”⁵⁰⁸.

Mas são pelos fios e rastros que o trabalho do historiador se faz, nos atemos sobre as formas de romper com os silêncios. As fontes documentais sobre os mais diversos temas nos demonstraram que os signos sociais se manifestam em todas as coisas. Grupos sociais que erguem seus significados de mundo compartilham de muitas formas a rede simbólica que permeia suas vidas em sociedade.

Em uma sociedade em que a opressão foi um fator marcante encontramos, por exemplo, na fabricação de cerveja uma forma de reação à opressão imposta. Mulheres que fabricavam a *umqombothi*⁵⁰⁹, em um contexto em que negros eram proibidos de comercializarem bebidas alcoólicas, encontravam uma forma estratégia de aumentar suas rendas e em muitos casos, suas relações de poder dentro de determinado grupo. Essa prática desdobrou-se em uma música, gravada por Yvonne Chaka Chaka em 1988, que valorizava símbolos da cultura da população negra, ainda no período em que o governo buscava minimizar constantemente expressões desse grupo social.

Por outro lado, poderíamos recorrer a exemplos que nos ajudariam a questionar outras formas de resistência e confrontação que a população oprimida realizou contra o governo branco opressor. No entanto, por ora nos atemos aquele silêncio que nos fala sobre a importância de investigar, também, a participação das mulheres em organizações políticas.

Esse artigo, sugeriu que o apartheid teve no passado do território sul-africano elementos que ajudam a entender que a opressão imposta à população negra foi um fator presente durante muitos contatos entre brancos e não brancos e que a política de discriminação não foi inaugurada no século XX. Em contrapartida, verificamos a existência de uma ativa presença feminina nos movimentos políticos e uma ausência de discussão sobre esse tema no campo da historiografia. Esperamos que as questões que ainda não foram analisadas – ou até mesmo as que foram- consigam gerar outros incômodos e quebrem esse silêncio institucionalizado por outras formas de opressão.

⁵⁰⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵⁰⁹ Cerveja sul-africana.

Referências bibliográficas

- ABBINK, Jon; WALRAVEN, Klass; BRUJIN, Mirjam. (Edits.). *A propósito de resistir. Repensar la insurgencia en Africa*. Barcelona: Oozebap, 2008.
- ADE, J. F. *História Geral da África- Vol. VI África do século XIX a década de 1880*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROS, Antônio Evaldo Almeida. *As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul*. Tese. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- CLANCY, Megan. Women and the problem of family in early African nationalist history and historiography. In.: SIMPSON, Thula. *The ANC and the Liberation Struggle in South Africa: Essential writings*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.
- COOPER, Frederick. “Conflito conexão: Repensando a História Colonial na África” *Anos Noventa*. V. 15, n. 27. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- COPLAN, David. *In Township Tonight! South Africa's Black City Music and Theatre*, University of Chicago Press: 1985.
- FAGE, John. A expansão do poderio Europeu no século XIX 1. In: *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- FEINBERG, Harvey M. The 1913 natives land act in South Africa: Politics, race, and segregation in the early 20th century. *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 26, No. 1, 1993.
- GINWALA, Frene. Women and the African National Congress, 1912-1943. *Journal Agenda Empowering women for gender equity*, Pretoria, Vol. 6, n 8, 1990.
- JAFFER, Zubeida. *Beauty of the Heart: The Life and Times of Charlotte Mannya Maxeke*. Cape Town: ZJ Books, 2016.
- JANSEN, Ena. *Like family: Domestic Workers in South Africa History and Literature*. Johannesburg: Wits University Press, 2019.
- JULIA C. WELLS. Why Women Rebel: a Comparative Study of South African Women's Resistance in Bloemfontein (1913) and Johannesburg (1958). *Journal of Southern African Studies*, Vol. 10, No. 1, October 1983.
- ORTON, Bev. *Women, Activism and Apartheid South Africa: Using Play Texts to Document the Herstory of South Africa*. Bingley, UK: Emerald Publishing Limited,
- PAIVA, Felipe. *Indômita Babel: resistência colonialismo e a escrita da história da África*. Niterói: Eduff, 2017.

- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.
- ROSS, Robert. *Cape of Torments: Slavery and Resistance in South Africa*. London: Routledge & Kegan Paul Books, 1983.
- RAGER, Terence. Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, A (Org). *História Geral da África. A África sob dominação colonial*. São Paulo. Ática/UNESCO, v. VII, 1991. P.51-72.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale. University Press, 1990.
- WALKER, Cheryl. *Women and resistance in South Africa*. Cape Town: New Africa Books, 1991.
- WELLS, J. Why Women Rebel: a Comparative Study of South African Women's Resistance in Bloemfontein (1913) and Johannesburg (1958). *Journal of Southern African Studies*, Vol. 10, No. 1, Special Issue on Women in Southern Africa (Oct., 1983), pp. 55-70.